

Quando a transgressão é necessária

Vera Luiza Horta Warchavchik

Resenha de Maria Helena Saleme,
A normopatía na formação do analista,
São Paulo, Escuta, 2008, 151 p.

Debate-se há alguns anos se há ou não crise no campo psicanalítico. Os que defendem a idéia de que há crise tendem a pensá-la como sinal de certo descompasso entre a psicanálise e a contemporaneidade; a psicanálise teria perdido a capacidade de responder aos anseios e às angústias dos sujeitos na atualidade. Esse suposto descompasso é freqüentemente pensado como duplamente determinado; ele decorreria, por um lado, de mudanças nas demandas dos sujeitos – que por vezes são quase acusados por procurarem soluções imediatistas e dessubjetivantes, desvalorizando a oferta psicanalítica – e, por outro, das caduquices da própria psicanálise, que ainda sustentaria certas noções datadas e ideológicas que precisariam ser revistas para pensar a subjetividade do século XXI. A origem da suposta crise seria, portanto, histórica: o passar do tempo teria gerado modificações nos sujeitos e/ou revelado insuficiências no campo psicanalítico, havendo a perda do prestígio e da eficácia de outrora.

Vera Luiza Horta Warchavchik é filósofa e psicanalista, membro docente e supervisora do Departamento Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

¹ Maria Helena Saleme é professora e supervisora do Departamento Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

O livro *A normopatía na formação do analista*, de Maria Helena Saleme, traz uma contribuição original a essa discussão. Se há crise na psicanálise contemporânea, diz ela, isso não advém das vicissitudes da História, mas da história da própria psicanálise, ou seja, das escolhas feitas no passado no enfrentamento das complexidades que surgiram por seu próprio crescimento. A incapacidade da psicanálise de sustentar uma clínica eficaz, sensível às manifestações contemporâneas de mal-estar, não resultaria portanto de fatores externos, mas da maneira como esta lidou com suas contradições internas, presa que esteve entre sua natureza inventiva, pioneira e ousada, e a necessidade de preservar sua identidade e afirmar-se como especificidade.

O ponto de partida de sua reflexão é uma constatação crucial, raramente admitida por psicanalistas: “há análises que proporcionam ampliação dos horizontes do analisando, e há análises que obstruem sua vida” (p.13). Em vez de ocultar essa questão, como se fosse a exceção que faz a regra, a autora a problematiza, indagando como isso pode se dar. O olhar se volta aos analistas que propiciam tais experiências, levando à questão central de seu texto: como geramos hoje psicanalistas repetitivos, desvitalizados, temerosos? E como é possível formarmos psicanalistas competentes e criativos, que vivam a experiência analítica junto a seus pacientes em toda a sua intensidade? O enfoque da questão desloca-se então para os dispositivos de formação do analista, temática que a autora conhece bem, uma vez que trabalha em instituição de formação de psicanalistas¹.

A análise dessa questão se desenrola num campo de tensão definido pela oposição de dois termos: a *normopatía* e a *transgressão*. Saleme utiliza-se do termo cunhado por Joyce McDougall para descrever o psicanalista distante e desafetado em sua clínica “em que há um vazio [entre ele e o analisando] que é preenchido por regras psicanalíticas, um espaço analítico sem processo analítico” (p. 93). Trata-se de um psicanalista excessivamente normal, normatizado, bem adapta-

do e submisso aos ideais psicanalíticos, incapaz, no entanto, de suportar a alteridade e vivenciar a experiência disruptiva inerente a todo processo analítico. Esse simulacro de analista não pode propiciar aberturas a seus analisandos, pois ele mesmo não suporta a diferença; e, por isso mesmo, ele é incapaz de formar novos analistas, sendo apenas responsável pela “procriação de analistas que não se identificam com outro analista, apenas fazem um simulacro” (p. 93). Desse modo, se há perda de potência na psicanálise contemporânea, essa decorre, ao menos em parte, dos psicanalistas “doentes da normalidade” (p. 93).

Saleme apóia sua crítica à normalidade na proposta freudiana de que a saúde psíquica implica maior mobilidade pulsional, ampliando assim as possibilidades de satisfação, em contraposição à fixação neurótica. Ser “normal” ou “adaptado” implica o estreitamento do campo pulsional, pelo qual paga-se alto preço, como demonstrou Freud em *O mal-estar na civilização*. O analista “normal” não pode arriscar-se nem reinventar-se no processo analítico, uma vez que se vê excessivamente submetido a padrões, ideais e regras que são tomados imaginariamente como garantias do processo e sinônimos de “psicanalítico”. Como aponta Joel Birman no prefácio a esse texto, a base metapsicológica dessa submissão é o *masoquismo* (p. 11). Esses analistas sofrerão sempre do mal-estar na psicanálise, já que em seus atendimentos, em sua análise pessoal e em suas trocas nas instituições, só pode haver repetição e medo de errar, obstruindo a possibilidade da presença viva, criativa e transformadora do verdadeiro encontro analítico.

Em oposição a essa condição, a defesa da transgressão. Para Saleme, o campo psicanalítico está atravessado por dois modos de conceber a transgressão, responsável pela produção de psicanalistas radicalmente diferentes. Há aqueles que equiparam a transgressão imediatamente à perversão, vendo-a como perigosa, propiciadora da violência e convite certo ao caos; e há aqueles que a concebem como possível exercício da liberdade, campo da transformação e

condição para a expansão do saber, na direção apontada por Piera Aulagnier em *Um intérprete em busca de sentido*. Enquanto a primeira acepção do termo insere a psicanálise no campo moral, a segunda evidencia sua natureza ética. Para Saleme, essas formas de pensar a transgressão não se restringem a um debate conceitual, mas remetem, sobretudo, a diferentes posições perante a vida (p. 96).

Saleme busca na história da psicanálise a origem dessa dubiedade em torno do termo transgressão, mostrando que se fizeram várias “psicanálises”, conforme Freud ressaltava determinados conceitos em detrimento a outros. Para ela, essas mudanças de ênfase na teoria não resultaram apenas dos inevitáveis impasses clínicos, mas também das tensões que surgiam à medida que crescia o movimento psicanalítico, transformando a teoria autoral do início em um bem cultural de domínio público. Essas diferentes “psicanálises” deixam transparecer as oscilações entre posições mais afirmativas do valor da criatividade, da ousadia e da liberdade, e posições mais dogmáticas, centradas no desejo de afirmação do rigor e da identidade do campo. As contribuições de Adler, Jung, Tausk e Ferenczi são descritas como transgressões sem lugar, criando-se assim a figura do “dissidente” e a perigosa equivalência entre “preservação” e “repetição” (p. 104). A dificuldade da psicanálise atual de suportar a alteridade pode ser pensada como eco dos embates com esses primeiros transgressores; mais precisamente, da forma escolhida para lidar com a diferença que ousaram introduzir. A institucionalização da psicanálise, com a criação de rituais e ideais padronizados, é apresentada como a resultante direta dessa tensão interna, possivelmente não resolúvel.

A sobrevivência da psicanálise depende fundamentalmente da possibilidade de os analistas atuais formarem novos quadros de analistas capazes de atualizar o campo; a questão da formação é, portanto, crucial. Saleme se utiliza das propostas de Balint, Fédida e Aulagnier, entre outros, para contrapor dois modelos de for-

mação: o que se baseia na idéia da transmissão e o que se baseia no modelo didático. No primeiro, valoriza-se a idéia de que a psicanálise é não somente um saber, mas também uma ética, que se passa por *contágio*. É pelo diálogo e pela troca com outros analistas – principalmente com o analista pessoal, mas também o supervisor, colegas e professores – que o sujeito toma para si a postura inquiridora do analista frente à experiência humana. A esse modelo de formação corresponde o sujeito que efetivamente se forma (*Building*); analisar-se, para ele, é peremptório, desde uma necessidade interna – assim como o estudo da teoria e a discussão dos casos em supervisão.

É por ser capaz de problematizar suas vivências e de se implicar com elas, que ele se torna analista, aprendendo psicanálise para se “apossar de um método com o qual possa se mover facilmente pelos caminhos que necessita percorrer” (p. 108). O segundo modelo organiza e regulamenta a formação em padrões e etapas, imaginando, desse modo, garantir tanto o rigor quanto o envolvimento do sujeito com a psicanálise. É nesse contexto que Saleme discute a análise didática e todo outro quesito da formação que seja imposto por exigência institucional. Esse modelo facilita a idealização dos “mestres”, impedindo a identificação e fomentando a relação de servidão, que impede, em última instância, a própria formação. O contágio dá lugar ao mimetismo, ou à “reprodução por contigüidade, por cissiparidade, sem contaminação, que fecha a possibilidade de qualquer alteridade” (p. 115); no lugar do analista, o simulacro. Para Saleme, esse analista, cuja formação se passa entre “po-

deres e submissões” (p. 114), será sempre adaptado, “normal” e normatizado, mas nunca ousará pensar ou contestar, preso que está na idealização do outro. É nele que poderá se desenvolver o que ela chama aqui de “*normopatía na formação do analista*” (grifo do autor) (p. 114).

O empenho em defender uma psicanálise viva, que promova encontros potencializadores entre analistas e analisandos, leva Saleme por fim a pensar o encontro analítico à luz da experiência estética, baseando-se nas propostas filosóficas de José Gil. Trata-se do esboço de uma pesquisa que a autora pretende desenvolver, em defesa de uma clínica da *afetação*, que inclua o “para-aquém” do representado – o corpo, em sua dimensão sensorial. Para ela, o analista desafetado não é o analista neutro, mas o analista *desimplicado* (p. 135), condição que o torna ineficaz, distante, e, em última instância, morto.

Fiel à dissertação de mestrado realizada junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisa da Subjetividade da PUC-SP em 2006, o livro tem o estilo pessoal de quem se arrisca a dizer. O texto rico e instigante é em si mesmo um exercício de transgressão, atestando a potência que pode haver ao adotar-se essa postura frente ao dado. A extensa bibliografia, que não se restringe a textos psicanalíticos, não está ali para emprestar prestígio às afirmações, mas para fazê-las ressoar, para revelar facetas, denunciar impasses e finalmente convocar os analistas a também se posicionarem como responsáveis pela manutenção da vivacidade e da potência da psicanálise na contemporaneidade. Saleme nos lembra que a preservação da psicanálise depende de nossa capacidade de formar novas gerações que façam mais do que repetir.